

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da Unipar submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, que estão sendo apresentadas pela primeira vez, de acordo com as práticas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as Normas Internacionais de contabilidade, (CPC) e do Financial Reporting Standards (IFRS). Tais práticas não interferem na legislação fiscal vigente no País.

O ano de 2010 foi marcado pela conclusão do processo de alienação das participações societárias da Unipar na Quattor Participações S.A. (Quattor), Unipar Comercial e Distribuidora S.A. (Unipar Comercial) e Polibutenos S.A. Indústrias Químicas (Polibutenos), que resultou em uma entrada efetiva de caixa de R\$ 700 milhões.

Com a venda das controladas indicadas acima, a Unipar descontinuou a totalidade de suas operações na primeira e segunda geração da cadeia petroquímica, que constituía a parte mais significativa de suas operações.

Para a Unipar, a alienação da participação societária na Quattor representou uma alternativa atrativa vis-à-vis a situação do referido ativo, inserido em um setor com perspectivas futuras desafiadoras e com riscos crescentes de refinanciamento a partir de 2011, que penalizavam muito o perfil de crédito e liquidez do grupo. A oportunidade de negócio também foi evidenciada pelo múltiplo de venda implícito na transação, que alcançou 15,0 x EBITDA do período, bastante superior ao observado em transações similares no setor.

Cabe destacar ainda que, após a conclusão e liquidação financeira das alienações já mencionadas, a agência de classificação de risco Fitch elevou em dois níveis o Rating Nacional de Longo Prazo da Unipar, que evoluiu de 'A-(bra)' para 'A+(bra)', com Perspectiva Estável, sendo este o último rating emitido.

Segundo a Fitch, a medida reflete o efeito positivo no perfil de crédito da Unipar decorrente das alienações supracitadas, com o seu rating passando a refletir exclusivamente a força de crédito de seu ativo, Carbocloro S.A. Indústrias Químicas (Carbocloro), a estrutura da dívida da Unipar e sua posição de liquidez.

Foram tomadas ações de readequação da estrutura de custos da Unipar, com redução substancial de despesas administrativas e de pessoal. A Unipar buscou, em linha com o que vem sendo estudado em termos de futuro para o Grupo, otimizar sua estrutura de capital, através de uma gestão ativa e eficiente de seus ativos e passivos financeiros.

A Unipar promoveu uma reestruturação de seu passivo financeiro de forma a adequar seu custo financeiro vis-à-vis a posição e rentabilidade de seu caixa, efetuando no 2T10, a amortização antecipada de R\$ 380 milhões dos empréstimos e financiamentos mais onerosos, encerrando 2010 com uma dívida de R\$489 milhões (custo médio: 106% do CDI e vencimento final em 2014).

Após a alienação dos ativos petroquímicos acima referidos e até que sejam definidos os novos investimentos da Unipar, seus resultados são gerados, substancialmente, pelos resultados apurados por sua controlada em conjunto Carbocloro, ativo com sustentável desempenho operacional e conservadora estrutura de capital. Os negócios de cloro e soda da Carbocloro têm se caracterizado por uma forte e estável geração operacional de caixa, baixa alavancagem e menor exposição em termos de volatilidade de preço e de demanda de seus produtos, em comparação com commodities petroquímicas.

Nos últimos anos, a Carbocloro foi responsável por cerca de 40% do fluxo médio de dividendos recebidos pela Unipar (volume médio anual de R\$ 47 milhões), sendo que em 2009 essa participação alcançou 93% ou

R\$ 55 milhões, já em 2010 o valor creditado a Unipar a título de dividendos foi de 22,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2010, a Carbocloro apresentava uma dívida total de R\$ 167 milhões e uma posição de caixa de R\$ 9 milhões. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, acumulou R\$ 156 milhões no decorrer do ano de 2010, o que configura um índice de alavancagem, medido por dívida líquida/EBITDA, bastante confortável, de 1,0x no período.

Em termos de resultado econômico, a Unipar obteve em 2010 um lucro líquido de R\$ 30 milhões, refletindo o resultado de sua controlada em conjunto Carbocloro e da gestão financeira do seu caixa. Cabe ressaltar que, em função da alienação da totalidade das participações societárias da Unipar nas empresas Quattor, Unipar Comercial e Polibutenos, e em linha com práticas contábeis vigentes, o resultado da Unipar em 2010 considera apenas, para fins de consolidação contábil, a participação proporcional que detém na Carbocloro (50%).

É necessário destacar ainda que, a administração da Unipar tem avaliado possíveis oportunidades de aplicação e investimento do caixa, especialmente aquelas que representem uma possibilidade de maior diversificação de suas atividades, inclusive através de eventual entrada como sócia em novos negócios e empreendimentos.

2 - RESULTADO CONSOLIDADO

Em 2010, o desempenho da Unipar foi fortemente impactado pelo preço da soda no mercado internacional após atingir patamares historicamente muito baixos em meados de 2009. A partir do 3T10, especialmente, os preços demonstraram reação nos principais mercados internacionais, sendo que esta recuperação foi capturada nos resultados da Unipar a partir do 4T10. Diante desse cenário, a Unipar obteve em 2010 receita líquida de R\$ 316 milhões, custo dos produtos vendidos de R\$ 194 milhões, resultando em um lucro bruto de R\$ 122 milhões, o que corresponde a uma margem bruta de 38,61%, superior a registrada em 2009, de 15,87%.

A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, acumulou por sua vez R\$ 63 milhões em 2010, o que representa uma margem 19,94%, superior ao patamar auferido em 2009, de 12,43%.

3 - MERCADO DE CAPITAIS

O comportamento das ações PNB da Unipar, as mais representativas em termos de negócios no mercado de capitais, pode ser resumido da seguinte forma, ressaltando que o mercado de capitais em 2010 foi caracterizado pela estagnação do principal índice da BM&FBovespa, o Ibovespa, que apresentou crescimento de apenas 1% no período:

✓ As ações PNB da Unipar foram negociadas em todos os pregões realizados em 2010;

✓ Foi atingida a marca de 117 mil negociações, uma elevação de 293% frente ao patamar de 2009;

✓ O volume de movimentação financeira atingiu uma média diária de R\$ 3,8 milhões, superior a média de R\$ 1,0 milhão registrada em 2009.

4 - DESEMPENHO DA EMPRESA CONTROLADA EM CONJUNTO

Carbocloro



A receita líquida acumulada em 2010 atingiu R\$ 615,6 milhões, ligeiramente aquém do valor auferido em 2009, de R\$ 685,6 milhões, quando os preços de soda/cloro e derivados se encontravam em patamares superiores aos valores médios praticados em 2010. Cabe destacar que no 4T10 a receita líquida foi de R\$ 174 milhões, apresentando uma elevação de 18% em relação à média trimestral 9M10 de R\$ 147 milhões, influenciada especialmente pela retomada das cotações internacionais de soda/cloro.

O lucro bruto em 2010 atingiu R\$ 243,7 milhões, 15% aquém do registrado em 2009, de R\$ 287,2 milhões, refletido em especial pela queda da receita líquida.

Em termos de margem bruta, o patamar de 2010 atingiu 40%, contra 42% registrado no exercício anterior.

A dinâmica de preços e seus efeitos sobre a receita líquida supracitados conduziram a Carbocloro à obtenção de um EBITDA de R\$ 156,0 milhões em 2010, cerca de 29% inferior ao valor registrado em 2009, de R\$ 220,9 milhões. No tocante à margem EBITDA de 2010, se situou em 25%, patamar aquém ao verificado pela empresa no exercício anterior de 32%. É importante ressaltar que no 4T10 o EBITDA alcançou R\$ 47,5 milhões, estando próximo aos patamares de 2009, apresentando uma elevação de 31,6% em relação à média trimestral 9M10 de R\$ 36,2 milhões, devido à recuperação dos preços da soda.

O lucro líquido acumulado em 2010 atingiu R\$ 76,5 milhões, se situando abaixo do valor apurado em 2009, de R\$ 126 milhões, sendo o resultado de 2010, fortemente impactado pela queda no preço da soda nos mercados internacionais.

A Carbocloro encerrou o exercício de 2010 com um endividamento líquido de R\$ 157,6 milhões, referente basicamente aos financiamentos contratados para o projeto de ampliação, dos quais 62% com vencimento no longo prazo. Vale destacar que o endividamento líquido foi reduzido em 19% quando comparado a 2009, que era de R\$ 195 milhões.

5 - PROPOSTAS À ASSEMBLÉIA GERAL

A Administração deliberou encaminhar as seguintes propostas aos acionistas na próxima Assembléia Geral.

(i) utilização do Lucro Líquido do exercício de R\$ 30.296.207,80, para abater parte dos prejuízos acumulados;

(ii) reversão do saldo da Reserva de Lucros para Investimentos no valor de R\$ 13.286.741,36 para a conta de Lucros/Prejuízos Acumulados, cujo saldo desta Reserva em 31/12/2010, após a reversão aqui caracterizada será de zero;

(iii) reversão do saldo da conta Reserva Especial para Dividendos no valor de R\$95.932.807,49 para a conta de Lucros/Prejuízos Acumulados, cujo saldo desta reserva em 31/12/2010, após a reversão aqui caracterizada, será de zero. Após os procedimentos dos itens (i) e (ii) acima e deste item (iii), o saldo da conta de Prejuízos Acumulados será de R\$ 460.661.823,79.

(iv) apropriação na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial - Lei 11.638/07, no valor de R\$ 34.480,09. Após esta apropriação, o saldo da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial será de R\$ 34.480,09;

(v) não distribuir dividendo referente ao exercício social de 2010 face ao disposto nos subitens (i), (ii) e (iii) acima.

6 - AUDITORES INDEPENDENTES

No exercício de 2010, os Auditores Independentes efetuaram o exame das demonstrações financeiras da UNIPAR e da controlada em conjunto Carbocloro, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que foram determinados como necessários para que os mesmos pudessem examiná-las.

Atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 381/2003, informamos que não foram contratados pela Unipar e sua controlada em conjunto Carbocloro, nenhum outro tipo de serviço fora do âmbito da auditoria externa.

7 - DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de reais)												
Ativo	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		
		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante								Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	19.973	13.592	31.270	24.914	20.446	801.559	Fornecedores	249	393	825	6.495
Títulos e valores mobiliários	8	570.870	286.189	405.955	570.870	286.189	489.058	Partes relacionadas	33	36	20	2.446
Contas a receber	10				38.559	37.679	736.406	Empréstimos	18	118.258	57.268	50.143
Impostos a recuperar	11	14.702	9.387	8.335	21.192	18.670	235.338	Imposto de renda e contribuição social				136
Estoque	12				7.825	6.077	738.832	Outros impostos e contribuições a pagar		4.801	6.398	5.473
Partes relacionadas	33	5.000	9.091	7.627		2.034	21.604	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		1.993	4.888	20.729
Outros ativos circulantes		682	1.736	1.522	3.565	4.122	49.315	Provisões	19	2.799	9.134	5.860
		<u>611.227</u>	<u>319.995</u>	<u>454.709</u>	<u>666.925</u>	<u>375.217</u>	<u>3.072.112</u>	Outros passivos		<u>128.100</u>	<u>78.117</u>	<u>83.050</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda	14		641.706			5.822.485		Passivos de grupos de ativos mantidos para venda		<u>128.100</u>	<u>78.117</u>	<u>83.050</u>
		<u>611.227</u>	<u>961.701</u>	<u>454.709</u>	<u>666.925</u>	<u>6.197.702</u>	<u>3.072.112</u>			<u>128.100</u>	<u>78.117</u>	<u>83.050</u>
Não circulante								Não circulante				
Contas a receber de clientes	10				143	2.430	5.896	Empréstimos	18	370.267	820.743	857.943
Partes relacionadas	33						23.901	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	1.512	3.584	4.531
Títulos e valores mobiliários	8		103.052	85.492		103.052	85.492	Obrigações com benefícios de aposentadoria	22			14.502
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21				11.577	11.752	424.299	Provisões	19	500	7.000	5.500
Impostos a recuperar	11				2.159	6.660	462.462	Outros passivos		<u>372.279</u>	<u>831.327</u>	<u>867.974</u>
Estoque	12				5.370	5.593	24.887			<u>500.379</u>	<u>909.444</u>	<u>951.024</u>
Depósitos judiciais	13	80.237	20.302	5.433	80.362	20.455	9.743	Total do passivo				
Outros ativos não circulantes		136	136	136	793	136	19.262	Patrimônio líquido				
Investimentos em subsidiárias e controlada em conjunto	15	177.878	162.108	1.032.954		15	2.091	Capital	23	835.498	835.498	835.498
Agio e intangível	16	75	111	313.869	1.254	1.651	1.268.160	Ações em tesouraria	23	(715)	(715)	(715)
Imobilizado	17	4.913	5.841	5.776	240.862	247.666	6.359.823	Reservas de lucros	24	109.220	212.607	109.220
		<u>263.239</u>	<u>291.550</u>	<u>1.443.660</u>	<u>342.520</u>	<u>399.410</u>	<u>8.686.016</u>	Ajuste de avaliação patrimonial		(34)	(18)	(15.186)
								Prejuízos acumulados		(460.662)	(600.178)	(84.859)
								Participação dos acionistas controladores		<u>374.087</u>	<u>343.807</u>	<u>947.345</u>
								Participação dos não controladores				887.119
								Total patrimônio líquido		<u>374.087</u>	<u>343.807</u>	<u>947.345</u>
								Total do passivo e patrimônio líquido		<u>874.466</u>	<u>1.253.251</u>	<u>1.898.369</u>
Total do ativo		<u>874.466</u>	<u>1.253.251</u>	<u>1.898.369</u>	<u>1.009.445</u>	<u>6.597.112</u>	<u>11.758.128</u>			<u>1.009.445</u>	<u>6.597.112</u>	<u>11.758.128</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Nota	Atribuível aos acionistas da controladora						Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucro (nota 23)	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total		
Em 1º de janeiro de 2009		835.498	(715)	212.607	(15.186)	(84.859)	947.345	887.119	1.834.464
Resultado abrangente do período									
Lucro líquido do exercício						(599.025)	(599.025)	(56.500)	(655.525)
Reflexos de subsidiárias, controlada em conjunto e coligadas					15.299	(7.131)	8.168	10.199	18.367
Variação cambial de investidas localizadas no exterior					(131)		(131)		(131)
Total do resultado abrangente do período					15.168	(606.156)	(590.988)	(46.301)	(637.289)
Operação descontinuada, investimento destinado à venda								(840.818)	(840.818)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas									
Dividendos e juros sobre capital próprio	24			(12.550)			(12.550)		(12.550)
Transferência entre reservas	24			(90.837)		90.837			
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				(103.387)		90.837	(12.550)		(12.550)
Em 31 de dezembro de 2009		835.498	(715)	109.220	(18)	(600.178)	343.807		343.807
Em 1º de janeiro de 2010		835.498	(715)	109.220	(18)	(600.178)	343.807		343.807
Resultado abrangente do período									
Lucro líquido do exercício						30.296	30.296		30.296
Variação cambial de investidas localizadas no exterior					(16)		(16)		(16)
Total do resultado abrangente do período					(16)	30.296	30.280		30.280
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Transferência entre reservas	24			(109.220)		109.220			
Total das contribuições dos acionistas				(109.220)		109.220			
Em 31 de dezembro de 2010		835.498	(715)		(34)	(460.662)	374.087		374.087

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Informações gerais e modificações nos negócios

(b) Ativos não circulantes mantidos para venda - Quattor Participações S.A., Unipar Comercial e Distribuidora S.A. e Polibutenos S.A. Indústrias Químicas

Em 22 de janeiro de 2010, a Companhia celebrou acordo de investimento com a Braskem S.A. por meio da qual comprometeu-se a vender a totalidade de suas participações nas controladas diretas Quattor Participações S.A., Unipar Comercial e Distribuidora S.A. e Polibutenos S.A. Indústrias Químicas (a “Operação Descontinuada”). Estas participações na data da transação estavam assim representadas:

Com a venda das controladas indicadas acima a Companhia descontinua a totalidade de suas operações na primeira e segunda geração da cadeia petroquímica que constituía parte mais significativa de suas operações. Em 31 de

Após a venda da controlada Quattor Participações S.A. e até que sejam definidos os novos investimentos da Companhia, seus resultados são gerados, substancialmente, pelos resultados apurados por sua controlada em conjunto Carbocloro S.A. Indústrias Químicas.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 2 de março de 2011.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia também estão de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

(b) Demonstrações financeiras individuais
As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPCs e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas. As práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria adotado o valor de custo ou valor justo.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas
 Nas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes políticas contábeis são aplicadas às controladas, as participações de não controladores e controladas em conjunto.

(i) Controladas
Controladas são todas as entidades (inclusive entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder

dos direitos a voto. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2023	2022	2021	2020
Insumos adquiridos de terceiros				

serviços prestados	(151.061)	(165.313)
--------------------	-----------	-----------

(17.376) (493.398) (219.606) (708.042)

Depreciação e amortização	(529)	(4 286)	(20 196)	(37 515)
---------------------------	-------	---------	----------	----------

	(1.020)	(100.000)	100.000	(200.000)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade				
Valor adicionado recebido em transferência				

Resultado de equivalência patrimonial	38.286	(26.212)
---------------------------------------	--------	----------

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Títulos e valores mobiliários	8	(181.629)	102.207	(181.629)	102.207
-------------------------------	---	-----------	---------	-----------	---------

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contrapartida é transferida para a aquisição de uma entidade e os valores justos dos ativos transferidos e

O excesso da contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na adquirida e o valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da parte da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como *ágio (goodwill)*. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

(iii) Transações e participações dos não controladores
A Companhia trata as transações com participações dos não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela relevante adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registradas no patrimônio líquido.

(iii) **Controladas em conjunto “joint ventures”**
Joint ventures são aqueles investimentos nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são consolidados proporcionalmente.

(iv) Coligadas
A Companhia não apresenta investimentos em coligadas em nenhum dos períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

Nas demonstrações financeiras consolidadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos

Pelo método de equivalência patrimonial, o investimento na controlada em conjunto foi inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da Companhia nas lucros e prejuízos de período gerado pelo investido. A parte da Companhia no lucro ou prejuízo de

2.3 Apresentação de relatórios por segmentos

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado em forma separada junto com a receita ou despesa financeira.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado ("mantido para negociação"), empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Mantidos para negociação

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria, os empréstimos concedidos e os recebíveis, que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (os quais são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(c) Mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Esses instrumentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação. Os ativos financeiros mantidos para negociação são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras ou Despesas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mantidos para negociação é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

2.6.3 Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

O teste de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.8.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com variações do valor justo lançadas contra o resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

O valor justo dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 4.3.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado (valor justo), ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.9 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de realização. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à subutilização da capacidade normal é debitado ao resultado do período. As peças para reposição são registradas com base no custo de aquisição e baixadas como custo de produção por ocasião do consumo ou da obsolescência.

2.10 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

2.11 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, através de uma venda e quando a efetivação dessa venda for altamente provável. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda.

2.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) determinado na aquisição de um investimento é calculado como a diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo. Se a adquirente apurar deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos, são amortizados usando-se o método linear.

2.13 Imobilizado

Todos os itens do imobilizado são apresentados pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de demais ativos é calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, como segue:

Anos	
Edifícios e construções	25 a 31
Equipamentos e instalações	10 a 14
Veículos	5 a 6
Móveis, utensílios e demais bens	5 a 10

A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos na demonstração do resultado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.14 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.15 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

2.17 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos, quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto de renda e a contribuição social também são reconhecidos no resultado abrangente ou no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos as autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.19 Benefícios aos empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas operam planos de pensão de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem constitutivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando como referencia

taxas de juros de títulos de longo prazo de alta qualidade.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(b) Assistência médica pós-aposentadoria

A controlada em conjunto Carbocloro oferece a seus funcionários benefício de plano de saúde pós-aposentadoria.

O benefício é concedido quando (i) o funcionário tenha seu contrato de trabalho rescindido, (ii) tenha mais de 55 anos de idade e (iii) tenha cumprido com um período de, no mínimo, dez anos de trabalho nessa controlada em conjunto. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Aposentadoria compulsória

A controlada em conjunto Carbocloro possui um programa de aposentadoria compulsória mediante o qual se encerra o vínculo empregatício quando o funcionário atinge uma determinada idade. Os custos esperados com esse programa são calculados anualmente por atuários independentes utilizando-se o método de crédito unitário projetado.

(d) Benefícios de longo prazo - gratificação por tempo de serviço

Os benefícios de longo prazo da controlada em conjunto Carbocloro são exigíveis quando o empregado permanece por um determinado tempo de serviço na empresa, neste caso, dez anos, e a partir deste tempo a cada cinco anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais são debitados ou creditados ao resultado em forma imediata. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

(e) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente apropriado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os valores das receitas e dos custos podem ser mensurados com segurança, (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (iii) os riscos e benefícios associados a transação são substancialmente transferidos ao comprador. Na prática, a Companhia adota como critério de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

2.21 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Quando a Companhia compra ações do próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.22 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, incluindo os juros sobre o capital próprio, para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral ou na data de pagamento, se for anterior.

2.23 Adoção de CPC e/ou IFRS pela primeira vez

2.23.1 Base da transição para o CPC e/ou IFRS

2.23.1.1 Aplicação do CPC 37 e 43 e IFRS 1

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas.

A data de transição da Companhia é 1º de janeiro de 2009. A Companhia preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva do CPC e/ou IFRS.

2.23.1.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia

(a) Isenção de combinação de negócios

A Companhia optou por aplicar a isenção de combinação de negócios descrita no CPC 37 e 43 e IFRS 1 e, assim sendo, não apresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.

(b) Isenção de benefícios aos empregados

A Companhia optou por reconhecer todos os custos do serviço passado referentes aos benefícios aos empregados cumulativamente em 1º de janeiro de 2009. A aplicação desta isenção esta detalhada na Nota 2.23.2(b) (ii).

(c) Outras isenções

A Companhia optou por não aplicar as isenções remanescentes com relação à aplicação retrospectiva.

As isenções opcionais são:

- Isenção do valor justo como custo presumido para itens do imobilizado, uma vez que o valor justo dos ativos da Companhia, que se referem basicamente aos ativos da controlada em conjunto Carbocloro, se aproximam de seus respectivos valores contábeis.
- O pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que o BR GAAP antigo e os IFRSs já encontram-se alinhadas com relação a essas transações para 2009.
- Os contratos de seguro, pois a Companhia não tem operações desse tipo.
- Instrumentos financeiros compostos porque a Companhia não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição para o CPC e/ou IFRS.
- Passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que a Companhia não tem quaisquer passivos deste tipo.
- Ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICP 01 e IFRIC 12, já que a Companhia não tem contratos firmados sob o escopo do ICP 01 e IFRIC 12.

2.23.1.3 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

As exceções obrigatórias no CPC 37 e 43 e IFRS 1 não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil nessas áreas e/ou as mesmas não eram aplicáveis à situação da Companhia:

- Exceção da contabilização de *hedge*.
- Exceção das estimativas.

2.23.2 Conciliação entre BR GAAP antigo e CPC e/ou IFRS

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

(a) Gastos pré-operacionais

Até 31 de dezembro de 2008, nos temos do BR GAAP antigo à Companhia adotava como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais na prática contábil a contabilização destes benefícios. O CPC/IFRS determina que gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devem ser lançados como despesa imediatamente.

Dessa forma, os saldos de R\$ 14.664 e R\$ 390.446 (controladora e consolidado, respectivamente) em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 123 (consolidado) em 31 de dezembro de 2009, bem como a amortização de R\$ 14.664 e R\$ 74.462 (controladora e consolidado, respectivamente) reconhecida durante o exercício de 2009 foram ajustados.

(b) Benefícios de empregados

(i) Gratificação por tempo de serviço

Até 31 de dezembro de 2008, nos termos do BR GAAP antigo, especificamente no que diz respeito a Norma de Pronunciamento Contábil nº 26 na qual não havia previsão da contabilização de benefícios de longo prazo - gratificação por tempo de serviço, a Controlada Carbocloro não adotava como prática contábil a contabilização destes benefícios. O CPC/IFRS determina que todo custo do serviço passado destes benefícios devem ser imediatamente reconhecidos. Desta forma, os saldos de R\$ 2.099 e R\$ 1.970 (correspondente à participação de 50% da Companhia nessa investida), em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, foram ajustados.

(ii) Benefícios de plano de pensão, assistência médica e aposentadoria compulsória

A Companhia optou por reconhecer os efeitos acumulados de ganhos e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Total dos empréstimos (Nota 18)	(571.929)	(982.115)
Menos - Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	24.914	20.446
Menos - Títulos e valores mobiliários (Nota 8)	570.870	389.241
(Dívida líquida) ativos financeiros líquidos	23.855	(572.428)
Total do patrimônio líquido	374.087	343.807
Total do capital	350.232	916.235
Índice de alavancagem financeira - %	(6,81)	62,48

A redução no índice de alavancagem financeira em 2010 foi decorrente, principalmente, da finalização do processo de alienação dos ativos Petroquímicos em maio de 2010 com as efetivas entradas de caixa. A administração vem avaliando possíveis oportunidades de aplicação e investimento do caixa, especialmente aquelas que representem uma diversificação de suas atividades, inclusive através de eventual entrada como sócia em novos negócios e empreendimentos.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros do mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. A Companhia aplica a alteração ao IFRS 7 e CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).
- Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Ativos financeiros mantidos para negociação	Controladora Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
31 de dezembro de 2010				
Títulos e valores mobiliários		73.199	497.671	570.870
Caixa e equivalentes de caixa	19.973			19.973
Depósitos judiciais	80.237			80.237
Partes relacionadas	5.000			5.000
	105.210	73.199	497.671	676.080
31 de dezembro de 2009				
Títulos e valores mobiliários		66.228	323.013	389.241
Caixa e equivalentes de caixa	13.592			13.592
Depósitos judiciais	20.302			20.302
Partes relacionadas	9.091			9.091
	42.985	66.228	323.013	432.226
1º de janeiro de 2009				
Títulos e valores mobiliários		59.845	431.602	491.447
Caixa e equivalentes de caixa	31.270			31.270
Depósitos judiciais	5.433			5.433
Partes relacionadas	7.627			7.627
	44.330	59.845	431.602	535.777

	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Ativos financeiros mantidos para negociação	Controladora Total
Outros passivos financeiros, conforme balanço patrimonial				
Empréstimos	488.525		878.011	908.086
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais e estatutárias (*)		249	393	825
		488.774	878.404	908.911

(*) As obrigações legais estatutárias estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Ativos financeiros mantidos para negociação	Consolidado Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
31 de dezembro de 2010				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pré-pagamentos	38.702			38.702
Títulos e valores mobiliários		73.199	497.671	570.870
Caixa e equivalentes de caixa	24.914			24.914
	63.616	73.199	497.671	634.486
31 de dezembro de 2009				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pré-pagamentos	40.109			40.109
Títulos e valores mobiliários		66.228	323.013	389.241
Caixa e equivalentes de caixa	20.446			20.446
	60.555	66.228	323.013	449.796
1º de janeiro de 2009				
Instrumentos financeiros derivativos			190.524	190.524
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	742.302			742.302
Excluindo pré-pagamentos	45.505			45.505
Títulos e valores mobiliários		142.948	431.602	574.550
Caixa e equivalentes de caixa	801.559			801.559
	1.589.366	142.948	622.126	2.354.440

	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Ativos financeiros mantidos para negociação	Consolidado Total
Outros passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos	571.929		982.115	8.849.350
Fornecedores	6.495		7.275	188.061
Partes relacionadas		2.446	148.727	148.727
Outras obrigações	17.776		24.935	195.964
Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos (*)				257.776
	596.200		1.016.771	9.639.878

(*) Contabilizado na rubrica “Empréstimos”.

6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Outros passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos	571.929	982.115	8.849.350
Fornecedores	6.495	7.275	188.061
Partes relacionadas		2.446	148.727
Outras obrigações	17.776	24.935	195.964
Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos (*)			257.776
	596.200	1.016.771	9.639.878

(*) Contabilizado na rubrica “Empréstimos”.

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Grupo 1 - Risco nulo	19.495	22.525
Grupo 2 - Risco mínimo	4.096	3.375
Grupo 3 - Risco baixo	6.332	5.493
Grupo 4 - Risco significativo	8.647	10.195
Grupo 5 - Risco alto	2.132	2.162
Total de contas a receber de clientes	40.702	43.750

Conta-corrente, depósitos bancários de curto prazo e títulos e valores mobiliário (*) em entidades de primeira linha de risco de crédito	590.836	299.775	437.218	594.765	306.635
Entidades com risco de crédito maior	590.836	299.775	437.218	1.013	3.384
	590.836	299.775	437.218	595.778	310.019

(*) O saldo residual do item “Caixa e equivalentes de caixa” do balanço patrimonial é dinheiro em caixa, de forma que não oferece risco de crédito.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Controladora 1º de janeiro de 2009	Consolidado 31 de dezembro de 2010	Consolidado 1º de janeiro de 2009
Recursos em caixa e contas-correntes bancárias	31	196	915	3.959	2.302
Certificado de Depósitos Bancários (CDBs) com liquidez diária garantida contratualmente	19.942	13.396	30.355	20.955	750.268
	19.973	13.592	31.270	24.914	801.559

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Controladora 1º de janeiro de 2009	Consolidado 31 de dezembro de 2010	Consolidado 1º de janeiro de 2009
Certificado de Depósitos Bancários (CDBs)	522.997	384.037	491.447	522.997	384.037
Cotas de fundos de investimentos	36.791	5.204		36.791	5.204
Títulos públicos	5.908			5.908	
Operações compromissadas	5.063			5.063	
Outros	111			111	
	570.870	389.241	491.447	570.870	389.241
Circulante	570.870	286.189	405.955	570.870	286.189
Não circulante		103.052	85.492		103.052

Os ativos financeiros mantidos para negociação estão apresentados em “Atividades operacionais” como parte das variações do capital circulante na demonstração do fluxo de caixa. As variações desse ativos financeiros estão registradas como “Receitas financeiras” no resultado (Nota 27).

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia e sua controlada não possuíam instrumentos financeiros derivativos. Vide a seguir a composição dessas operações em 1º de janeiro de 2009:

	Valor de referência	Taxas/ indicadores	Ativo	Passivo	Consolidado Valor líquido
Swaps de taxa de juros		LIBOR + 1 a 1,7% (ativo)			
	226.316	103 a 108% do CDI (passivo)	32.348	83.866	(51.518)
Trava de LIBOR e hedge dívida em dólares		LIBOR de seis a 12 meses ou VC+7,0417% a.a. (ativo) 4,925 a 5,03% a.a. ou 105,93% CDI (passivo)	158.176	173.910	(15.734)
	156.627		190.524	257.776	(67.252)
	382.943				

Os derivativos acima descritos estão classificados como ativo ou passivo circulante na rubrica “Empréstimos e financiamentos”.

10. CONTAS A RECEBER

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Consolidado 1º de janeiro de 2009
Contas a receber de clientes	40.702	43.750	771.627
Menos - provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(2.000)	(3.641)	(29.325)
	38.702	40.109	742.302
Parcela circulante	38.559	37.679	736.406
Parcela não circulante	143	2.430	5.896
Todas as contas a receber não circulantes vencem em no máximo cinco anos a contar da data do balanço.			
Os valores justos das contas a receber de clientes se assemelham aos seus respectivos valores contábeis.			
Em 31 de dezembro de 2010, contas a receber no valor de R\$ 38.141 (2009: R\$ 37.629; 1º de janeiro de 2009: R\$ 662.593) estavam totalmente adimplentes.			
Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 561 (2009: R\$ 236; 1º de janeiro de 2009: R\$ 79.709) encontram-se vencidas, mas não <i>impaired</i> . Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:			
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Até três meses	561	236	64.304
De três a seis meses			7.923
Vencido há mais de seis meses	561	236	7.482
			79.709

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Imposto de renda retido na fonte	11.876	5.990	1.076
Antecipações de IRPJ e CSSL			
ICMS a recuperar (i)	118	118	118
PIS e COFINS (ii)	2.659	2.560	2.463
Outros	49	719	4.678
Total	14.702	9.387	8.335
Circulante	14.702	9.387	8.335
Não circulante			2.159
(i) Os saldos consolidados em 1º de janeiro de 2009 incluíam, principalmente:			
• ICMS a recuperar da Rio Polímeros S.A., gerado na aquisição de matérias-primas e ativo imobilizado, no montante de R\$ 170.743, referente às importações de equipamentos e peças destinadas à construção do parque industrial da Rio Polímeros S.A. Parte do ICMS da Rio Polímeros S.A., que se refere a compra de ativo imobilizado, está registrado no ativo não circulante, de acordo com o Decreto nº 25.665/99, que permite que a controlada, como contribuinte substitutiva, postergue o pagamento do ICMS por seis anos contados da data da aquisição dos bens sem a incidência de encargos financeiros. A partir do vencimento do tributo, a controlada terá o direito à compensação dos créditos de ICMS, através da sistemática mensal de 1/48 avos.			
• ICMS a recuperar da Quattor Petroquímica S.A. e Quattor Química S.A. no valor de R\$ 309.350, decorrente a operações de vendas interestaduais, cuja alíquota de imposto é inferior a alíquota incidente sobre as aquisições locais de insumos e matérias-primas e das operações de exportação, que são integralmente desoneradas do imposto.			
(ii) PIS/Cofins a recuperar, gerados principalmente na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as expansões das plantas da Quattor Química S.A.			
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os valores são substancialmente provenientes dos impostos e tributos incidentes sobre aquisições para obras em andamento da controlada em conjunto Carbocloro, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.			

12. ESTOQUES

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Matérias-primas	2.172	1.994	103.982
Produtos acabados e em elaboração	2.867	1.209	519.409
Matérias auxiliares de manutenção			
e de consumo	8.156	8.467	140.328
	13.195	11.670	763.719
Circulante	7.825	6.077	738.832
Não circulante	5.370	5.593	24.887
O custo dos estoques reconhecidos diretamente ao resultado do exercício totalizou R\$ 79.385 (2009: R\$ 101.510).			

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos da Companhia relacionados a litígios ainda pendentes de finalização e que podem ser assim apresentados:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	Consolidado 31 de dezembro de 2010	Consolidado 31 de dezembro de 2009	Consolidado 1º de janeiro de 2009
Tributários (*)	79.004	19.069	4.211	79.129	19.222	8.521
Trabalhistas	1.233	1.233	1.222	1.233	1.233	1.222
Não						
Circulante	80.237	20.302	5.433	80.362	20.455	9.743
(*) No saldo de 31 dezembro de 2010 incluía principalmente, R\$ 58.503, referente a processos de execução fiscal em que se busca responsabilizar a Companhia por débitos de ex-controlada. Em 8 de fevereiro de 2011, foi extinta uma das execuções fiscais através de sentença da mesma data, o que permitirá a Companhia, após o trânsito em julgado da mesma, liberar o valor do depósito corrigido de R\$ 55 milhões dentro do 1º quartil de 2011.						
(*) Nos saldos de 31 dezembro de 2010 e de 2009 incluía principalmente, depósito judicial, referente a PER/DCOMP indeferido, que, em 31 de dezembro de 2010, está apresentado pelo seu valor atualizado no montante de R\$ 16.014 (31 de dezembro de 2009; R\$ 14.731).						

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Controladora 1º de janeiro de 2009	Consolidado 31 de dezembro de 2010	Consolidado 1º de janeiro de 2009
--	---------------------------	---------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Controladora 1º de janeiro de 2009	Consolidado 31 de dezembro de 2010	Consolidado 1º de janeiro de 2009
Caixa e equivalentes de caixa	364.910	1.770	593	367.273	
Contas a receber de clientes	317.558	32.984	1.629	352.171	
Impostos a recuperar	445.929	1.425	2.792	450.146	
Imobilizado	3.632.249	15.300	17.828	3.665.377	
Outros ativos circulantes e não circulantes	972.424	14.095	999	987.518	
	5.733.070	65.574	23.841	5.822.485	
Empréstimos	4.483.501	29.807	13.640	4.526.948	
Partes relacionadas	173.100	3.301	3.503	179.904	
Outros passivos circulantes e não circulantes	467.510	5.179	1.238	473.927	
	5.124.111	38.287	18.381	5.180.779	

Não houve grupos para alienação classificados como mantidos para venda ou operação descontinuada em 31 de dezembro de 2010 e 1º de janeiro de 2009.

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Controladora 1º de janeiro de 2009	Consolidado 31 de dezembro de 2010	Consolidado 1º de janeiro de 2009
Recursos em caixa e contas-correntes bancárias	31	196	915	3.959	2.302
Certificado de Depósitos Bancários (CDBs) com liquidez diária garantida contratualmente	19.942	13.396	30.355	20.955	750.268
	19.973	13.592	31.270	24.914	801.559

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Controladora 1º de janeiro de 2009	Consolidado 31 de dezembro de 2010	Consolidado 1º de janeiro de 2009
Certificado de Depósitos Bancários (CDBs)	522.997	384.037	491.447	522.997	384.037
Cotas de fundos de investimentos	36.791	5.204		36.791	5.204
Títulos públicos	5.908			5.908	
Operações compromissadas	5.063			5.063	
Outros	111			111	
	570.870	389.241	491.447	570.870	389.241
Circulante	570.870	286.189	405.955	570.870	286.189
Não circulante		103.052	85.492		103.052

Os ativos financeiros mantidos para negociação estão apresentados em “Atividades operacionais” como parte das variações do capital circulante na demonstração do fluxo de caixa. As variações desse ativos financeiros estão registradas como “Receitas financeiras” no resultado (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia e sua controlada não possuíam instrumentos financeiros derivativos. Vide a seguir a composição dessas operações em 1º de janeiro de 2009:

		Consolidado 1º de janeiro de 2009		
Taxas/ indicadores	Ativo	Passivo	Valor líquido	
LIBOR + 1 a 1,7% (ativo)				
103 a 108% do CDI (passivo)	32.348	83.866	(51.518)	
LIBOR de seis a 12 meses ou VC+7,0417% a.a. (ativo) 4,925 a 5,03% a.a. ou 105,93% CDI (passivo)	158.176	173.910	(15.734)	
	<u>190.524</u>	<u>257.776</u>	<u>(67.252)</u>	
nte na rubrica "Empréstimos e financiamentos".				

